

FUNDAÇÃO SNS  
"Europa e SNS: que futuro?"  
Fundação Oriente 16 junho 2015

Intervenção Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira

É relevante estabelecer-se um paralelismo entre o período pós-II Guerra Mundial e aquele que hoje vivemos. Não obstante a devastação e miséria que caracterizaram o período pós-II Guerra Mundial, o espírito de 1945 era igualmente marcado por um grande dinamismo e energia em construir uma solução diferente, motivada pela determinação de assegurar que um conflito daquela dimensão nunca mais se voltasse a repetir. Este espírito encontrava-se patente na maioria dos países europeus, nomeadamente a Grã-Bretanha. No entanto, como é de conhecimento geral, o caso alemão era significativamente diferente. Na realidade, nos anos imediatamente seguintes ao final da II Guerra Mundial, a Alemanha correu o sério risco de se tornar permanentemente um país pária, impedido de voltar a estabelecer-se como uma potência económica. Contudo, devido à Guerra Fria, a Alemanha foi reabilitada como aliada dos Estados Unidos da América, tendo sido reintegrada na Europa e alvo de medidas de auxílio externo, das quais se destaca o perdão de parte substancial da sua dívida. Aliás, outras medidas de apoio externo viriam a ser prestadas pela Europa à Alemanha aquando da sua reunificação.

No período pós II Guerra Mundial existia um enorme consenso sobre a necessidade de se construir uma sociedade que funcionasse como uma rede protetora contra os *Giant Evils* que Beveridge identificava no seu relatório de 1942. Progressivamente, foi-se construindo um edifício jurídico de forma a atingir-se aquele propósito. Este recurso a instrumentos jurídicos ficou patente na Declaração Universal dos Direitos do Homem, um texto com um carácter amplamente subversivo. A Europa, por sua vez, progrediu com alguma lentidão neste domínio. O primeiro instrumento de proteção dos direitos foi a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, redigida pelo Conselho da Europa, na qual se encontram consagrados os direitos fundamentais, isto é, os direitos de primeira geração.

Como é sabido, a Grã-Bretanha teve uma marcada influência na génese do processo de integração europeia (facto um tanto paradoxal, uma vez que as relações entre a Grã-Bretanha e União Europeia sempre foram algo conturbadas). Churchill, num discurso em Zurique, salientava que "é imperioso construir uma espécie de EUA na Europa. Só desta forma centenas de milhões de trabalhadores poderão recuperar as alegrias e esperanças simples que dão sentido a vida. O processo é simples. Basta a determinação de centenas de milhões de homens e mulheres empenhados em fazer o que está certo em vez do que está errado para ter recompensa, felicidade em vez de sofrimento." Parece tão simples e evidente, que nos leva a questionar qual a razão que nos levou a abandonar esta ideia.

Enquanto em Inglaterra era criado o Serviço Nacional de Saúde, com a entrada em vigor do *National Health Service Act* em 1948, o processo de integração europeia afigurava-se complexo. O Tratado de Roma, embora contenha algumas proclamações no sentido

da coesão e da solidariedade, é sobretudo marcado por uma afirmação primordial das liberdades económicas. Fundamentalmente, este documento augurava que o progresso social e económico dos estados resultaria da liberdade de circulação de pessoas, capitais, mercadorias e serviços. Existiam, contudo, poucos instrumentos para criar sociedades solidárias e mais desenvolvidas, cenário agravado pela exiguidade do orçamento central.

No entanto, vão surgindo progressivamente um conjunto de instrumentos jurídicos, como a Carta Social Europeia (curiosamente rejeitada pela Grã-Bretanha) e mais recentemente a Carta Fundamental dos Direitos da União Europeia, que atribuíram um maior relevo às questões dos direitos sociais. De igual modo, as sucessivas revisões dos tratados foram procurando assegurar um nível cada vez maior de proteção social dos cidadãos europeus. Existe assim um vasto conjunto de direitos consagrados a nível europeu, mas que, contudo, parecem ser ignorados.

Nos dias que correm, temos assistido a uma regressão dos direitos. Considera-se que o direito à saúde, o direito à segurança social, por exemplo, não são propriamente direitos mas sim proclamações que só podem existir na medida que as condições económicas o permitam. Este raciocínio é, obviamente, falacioso. Noronha do Nascimento avisava aqueles com particular interesse em debater a problemática dos direitos adquiridos, que, se a questão fosse bem ponderada, se iria concluir que praticamente todos os direitos são adquiridos. É importante ter a noção que o direito à propriedade, o direito à empresa são também direitos adquiridos. Defender a inexistência de direitos adquiridos seria legitimar as ocupações, as autogestões ou o confisco. Estas consequências não foram, com certeza, ponderadas por aqueles que defendem a inexistência de direitos adquiridos, para quem estes direitos são somente aqueles "que importam fundamentalmente aos pobres".

As políticas de austeridade que marcaram os últimos anos têm aumentado a desigualdade social e criado enormes disparidades económicas. As instituições internacionais, nomeadamente o FMI, reconheceram recentemente, com enorme descaramento, que esta desigualdade é manifestamente nefasta para o crescimento económico e que é consequência do conjunto de políticas que foram implementadas (por exemplo, as reformas fiscais e a desregulação dos mercados de trabalho), políticas estas, aliás, que o próprio FMI sugeriu que fossem aplicadas. A presidente do FMI admitiu que as projeções efetuadas estavam erradas e que um efeito tão marcado das políticas de austeridade na contração da economia não tinha sido previsto. Perante isto, o FMI deveria ser responsabilizado.

Os autores da austeridade levaram a cabo políticas que conduziram, nos países intervencionados, à destruição da solidariedade social e a um retrocesso da vida das pessoas. Isto é particularmente verdade no caso da Saúde, onde múltiplos estudos demonstram que se tem verificado um agravamento das condições de saúde, como também um aumento da taxa de suicídios.

A situação da Grécia, particularmente, é alarmante. A imprensa mundial tenta sistematicamente criar a ideia de que os gregos foram irresponsáveis. No entanto, os números são assustadores. O PIB da Grécia, desde o início da crise económico-financeira desceu 25%. E as medidas de austeridade, que atualmente se pretendem implementar, para além de serem profundamente desumanas, pois recaem em áreas

sensíveis tais como as pensões e a saúde, resultariam num decréscimo adicional do PIB de 18%. Perante estes factos, economistas como Wolfgang Munchau, defendem que a Grécia deveria recusar e dizer basta à política de austeridade a que tem sido sujeita e tomar a iniciativa de abandonar a Eurozona.

É interessante verificar que, em 2015, o espírito generoso e positivo de 1945 desapareceu. De facto, nos dias de hoje, não existem muitos motivos para otimismo. No entanto, a realização de Encontros como este, que são locais de debate e discussão com o propósito de se encontrarem alternativas, permite-nos ter alguma esperança.